



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676
Fone/Fax: (16) 3351-8121 CEP: 13565-905 – São Carlos/SP
E-mail: coace@ufscar.br

ATA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO

CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

Data: 18 de maio de 2021

Horário: 14h

Local: Via ferramenta Google Meet

Presidência: Djalma Ribeiro Junior

Membros: Conforme assinaturas na lista de presença

Secretária: LUANA DOMINGUES PEREIRA

Aos dezoito dias de maio de 2021, às catorze horas, via ferramenta Google Meet realizou-se a 53ª Reunião Ordinária do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis - CoACE da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - ProACE, presidida pelo Sr. Djalma Ribeiro Junior juntamente à Pró-Reitora Adjunta Sra. Gisele Aparecida Zutin Castelani. O presidente iniciou a reunião saudando todos os presentes. 1 EXPEDIENTE - 1.1. INFORMES DA PRESIDÊNCIA: Sr. Djalma informou em relação ao orçamento, conforme também indicado na última reunião do CoAd, que recentemente a Andifes encaminhou um documento para as Universidades apresentando o contexto do orçamento das IFes e mais detalhadamente sobre o PNAES; apontou que a Lei Orçamentária Anual (LOA) foi aprovada e sancionada no dia vinte e três de abril, e que se concretizou uma redução em torno de 18,1% no geral das Universidades Federais, o que corresponde a cerca de um bilhão e duzentos milhões de reais de redução de orçamento de 2020 para 2021; explicou que há um estudo no qual muitas Universidades indicam que funcionarão até determinado mês, e que esse problema é do sistema federal de ensino superior como um todo; trata-se de um estudo da média considerando as sessenta e nove Universidades Federais e os gastos e investimentos que precisam ser feitos; considerando isso, em uma média com a redução, se as Universidades continuarem fazendo as mesmas práticas do ano passado, o estudo aponta que o sistema federal de ensino superior resistiria até meados de setembro; disse que não significa que as Universidades irão fechar e sim resistir, se adaptando aos cortes de orçamento para que se consiga conduzir até o final do ano as atividades; explicou que 40% do orçamento das Universidades Federais vêm do Ministério da Educação e os outros 60% ficam em debate para serem liberados no Congresso Nacional quando se fecha a LOA; disse que com os 40% de recursos financeiros liberados muitas Universidades chegaram ao limite, sendo que esses 40% deram conta de tocar as Universidades até junho, sendo preciso liberar os 60% restantes; o atraso da aprovação da LOA e depois do seu sancionamento prejudica as Universidades, porque essas vão ficando sem recursos; disse que houve no início de maio um decreto do Governo Federal liberando os 60%, o que motivou algumas matérias de que as Universidades estariam um pouco mais tranquilas; destacou que esses 60% dos recursos debatidos no Congresso Nacional, era o que precisava ser liberado para que as Universidades pudessem fazer seus empenhos e pagamentos, o que significa que as Universidades têm agora a possibilidade de ter o seu 100% do orçamento a ser executado até o final do ano, o que significa saber que irão fazer o pagamento das bolsas, que os recursos do PNAES virão; explicou que o orçamento é diferente do financeiro, o orçamento desenha o quanto é possível de recursos e o financeiro é a liberação dos recursos financeiros no decorrer do mês; disse que quando foi sancionada a LOA, na sequência veio uma portaria do Ministério da Economia contingenciando em 13,8% os recursos que seriam repassados para as Universidades Federais justificado pela regra de ouro que está embutida na ementa constitucional 95 do Teto dos Gastos, isso além do corte de 18%; explicou que houve uma redução de um bilhão de reais para todas as IFes; disse que estavam nesta

45 batalha para que o contingenciamento fosse derrubado e o orçamento recomposto, o que significa
46 recompor cerca de um bilhão e duzentos milhões de reais; enfatizou que esse era o cenário de todas
47 as Universidades Federais e que era importante destacar que o desenho orçamentário e o modelo de
48 distribuição financeira do Governo Federal estava colocando em risco o sistema federal de ensino
49 superior como um todo; explicou que algumas Universidades conseguiriam sobreviver um mês a
50 mais que outras por conta de adaptações, que as Universidades não fechariam por vontade própria,
51 mas que algumas conseguiriam se adaptar e conduzir até o final do ano de uma forma precária, pois
52 esse corte tinha como objetivo a precarização do ensino superior público como um todo; disse que
53 cada Universidade dentro de cada espaço e sua própria visibilidade está apresentando esse quadro
54 concreto; disse que hoje na parte da manhã, por quase quatro horas de duração, houve um dos
55 primeiros atos nacionais, organizado pela Universidade Federal da Bahia, da qual todas as IFes
56 participaram, que se chamou “Educação contra a barbárie”, ato importante para marcar a luta em
57 conjunto entre as Universidades Federais para tentar sair dessa situação na qual o sistema federal do
58 ensino superior se encontra; o ato teve 21.000 visualizações ao vivo e alcançou e congregou muitas
59 pessoas de várias IFes e de organizações de movimentos estudantil, docentes e TAs; outros atos
60 seguirão, alguns puxados pela UNE, outros pelos sindicatos dos docentes e TAs espalhados pelo
61 Brasil todo, para mostrar que está havendo essa construção coletiva de resistência para fazer a
62 reversão desta situação e alguns objetivos pontuais é descontingenciar o recurso e recompor esse
63 orçamento através de um projeto de lei complementar em torno de um bilhão e duzentos milhões;
64 disse que essa é uma luta das IFes em articulação com o Congresso Nacional com alguns
65 parlamentares que têm afinidade com a temática. Outro informe foi sobre uma movimentação e
66 articulação entre as IFes que ocorreu durante uma reunião do FONAPRACE no final de abril para
67 se construir uma frente parlamentar em defesa da educação, mais especificamente a permanência
68 estudantil e se conseguiu uma aprovação de um requerimento de audiência pública no Congresso
69 sobre o PNAES; a audiência ainda não tem data marcada, mas o requerimento da deputada Alice
70 Portugal do PCdoB da Bahia foi aprovado na Câmara e em breve a audiência pública será realizada,
71 convidando as pessoas dos movimentos estudantis, docente e TAs, FONAPRACE e Andifes para
72 debater juntos com os congressistas os rumos e efetivação do PNAES como lei, pois hoje é um
73 decreto e sua constituição enquanto lei protege mais as políticas públicas do que como um decreto;
74 Djalma manifestou seu contentamento com esse requerimento e disse que essa era uma conquista e
75 que quando soubesse da data da audiência informaria a comunidade universitária para que todos
76 participem, assistam e coloquem as questões. O último informe foi sobre a aprovação na última
77 reunião do ConsUni do relatório da comissão que fez a avaliação dos 10 anos do Programa de
78 Ações Afirmativas de Reserva por Ingresso de Vagas da UFSCar, que abarcou um período de 2007
79 a 2017; o relatório foi aprovado por unanimidade e deste relatório surgiram encaminhamentos
80 aprovados para aprimorar as políticas de ações afirmativas da UFSCar em diálogo com a política
81 nacional; Djalma lembrou que as lutas para recomposição de orçamento que afeta a permanência
82 estudantil também está sendo pautada por uma batalha que haverá daqui um ano que é a defesa da
83 lei 12.711, conhecida como lei de cotas, junto ao Congresso Nacional; quando aprovada em 2012,
84 esta lei previa que depois de 10 anos passaria por revisão; destacou que nessa mobilização que estão
85 tentando construir junto com alguns parlamentares que têm afinidade com a questão das ações
86 afirmativas e permanência estudantil, já se passou por uma primeira aprovação em uma das
87 comissões do Congresso a constituição de uma comissão que irá propor uma lei permanente para as
88 ações afirmativas, que agora irá tramitar em outras comissões dentro do Congresso; disse que se
89 espera que as políticas de ações afirmativas no ensino superior seja uma lei que não precise passar
90 por essa situação de revisão para não ficar a mercê de um Congresso que possa ter desprezo sobre
91 as políticas públicas de ações afirmativas, o qual se têm vivenciado. Sra. Gisele complementou a
92 respeito do orçamento que continuam realizando as apresentações nos Conselhos de Centro (CoCs),
93 que amanhã irão no CCGT em Sorocaba; disse que essas conversas começaram em março e a
94 última acontecerá em junho; e que toda essa construção e debate do orçamento feita no GT está
95 sendo levada para os CoCs de onde estão saindo ideias que pretendem trazer no CoACE para
96 frutificar com os membros; exaltou a importância do diálogo e essa apresentação para a

97 comunidade, pois por mais que se fale do orçamento, sempre haverá alguém que não sabe, por isso
98 a importância de se colocar em apresentação. 1.2. INFORMES DAS UNIDADES: Sra. Valderez
99 saudou os membros e informou que foi aprovado no último CoACE a atualização da lista de agosto
100 de 2020 dos bolsistas BAE I, e que a nível do DeAE foram tomadas todas as providências para se
101 promover a atualização desta lista; foram encaminhados questionários para todos 2001 bolsistas dos
102 quatro campi e se encerrou as respostas aos questionários; agora se está na fase de levantamento
103 para verificação de divergências de IP que algumas vezes são encontradas; disse que já receberam a
104 planilha de quem teve divergências e que estavam encaminhando para os DeACEs para que os
105 técnicos pudessem entrar em contato com essas pessoas; informou que houve um número de
106 pessoas que não responderam o questionário e que está sendo feita todas as verificações para
107 finalizar até a próxima semana e se encerrar essa fase da verificação com os estudantes; explicou
108 que vários alunos entraram em contato informando que tiveram problemas de internet, que não
109 conseguiram abrir o formulário, que perderam o prazo, mas que na próxima semana estarão
110 fechando esse processo para poderem encaminhar a lista de pagamentos no mês de junho com as
111 alterações aprovadas no CoACE. Sra. Virginia informou que a Sessão de Moradias estava
112 promovendo um concurso musical com os estudantes da moradia do campus de São Carlos e
113 Sorocaba, com os que estavam ficando nas moradias; disse que os alunos gravavam vídeos
114 cantando canções autorais ou não, de 50s à 1m40s; essa iniciativa se deu pelo fato de estarem
115 sozinhos, a fim de promover cultura e alento a todos. Sr. Djalma pediu para que Virgínia colasse no
116 chat as informações para que os membros ajudassem a divulgar o projeto que se chama “Canta
117 Moradia”, uma ação em conjunto com os estudantes que estão nas moradias dos campi. 1.3.
118 INFORMES DOS MEMBROS: O discente Gabriel informou que o pessoal da moradia gostou da
119 iniciativa do projeto “Canta Moradia” e reforçou o pedido para que os membros ajudassem na
120 divulgação; informou que havia reclamações sobre a internet na moradia; disse ainda que havia um
121 evento promovido pelo Prof. Roberto Baronas do Departamento de Linguística, a primeira “Escola
122 Solidária de Altos Estudos do Discurso” e que o valor do ingresso seria totalmente revertido ao
123 Projeto da FAI com a ProACE; parabenizou o Prof. Baronas, apesar de não ser do Conselho, e disse
124 que precisavam de mais ações como essa; por fim disse que o DCE pediu uma inclusão de pauta
125 referente a alteração dos critérios de essencialidade para autorização dos estágios presenciais; disse
126 que houve muitas assinaturas e que acredita ser uma pauta importante para ser discutida no
127 Conselho e que se aprovada a inclusão terá um representante do DCE para explicar melhor essa
128 questão. Sr. Djalma disse que colocaria a proposta na Ordem do Dia e deixou em aberto para
129 colocação de mais informes. Não houve mais informes. 2 ORDEM DO DIA – Foi colocado em
130 votação a inclusão do ponto de pauta indicado pelo discente Gabriel sobre a essencialidade aplicada
131 aos estágios remunerados, aprovado por unanimidade como último ponto de pauta a ser discutido na
132 reunião. 2.1 Indicação de membros para compor o Comitê Gestor do Programa de Fomento à
133 Permanência Estudantil criado com apoio da FAI/UFSCar, conforme disposto na Resolução
134 CoACE nº 34, de 22 de abril de 2021: Sr. Djalma abriu para que os membros do Conselho se
135 manifestassem com indicações de nomes para compor o Comitê; lembrou que na última reunião
136 foi definido o Comitê Gestor que seria composto por dois representantes das quatro categorias
137 (docente, técnico-administrativo, discente da graduação e discente da pós-graduação), um titular e
138 um suplente, e que a coordenação ficaria a cargo da ProACE, sendo exercida pelo Pró-Reitor e Pró-
139 Reitora Adjunta; esse comitê teria como característica participar e acompanhar os recursos e propor
140 ações ao CoACE que deliberaria no final. Foram indicados os seguintes nomes para compor o
141 Comitê: Gabriel Moutinho Fernandes da Silva, representante titular discente da graduação; Tatiana
142 Nicéas de Moraes, representante suplente discente da graduação; Afra Vital Matos Dias Gabriel,
143 representante titular técnico-administrativo; Valderez de Fatima D'Onofre Neves, representante
144 suplente técnico-administrativo; Prof. Marcos Arduin, representante titular docente; Profa. Fernanda
145 dos Santos Castelano Rodrigues, representante suplente docente. Devido a ausência da
146 representação discente da pós-graduação na reunião, Sr. Djalma sugeriu que fosse solicitado aos
147 representantes discentes da Pós-Graduação do CoACE uma indicação e caso não houvesse retorno
148 seria solicitado à APG a indicação de dois representantes da Pós-Graduação (titular e suplente) para

149 compor o Comitê. O discente Gabriel questionou a possibilidade de se abrir uma representação para
150 o DCE e CCI. Sr. Djalma disse que estavam seguindo o que apontava a Resolução do CoACE
151 passado, mas que entendia que poderiam convidar essas representações e que talvez em uma
152 primeira reunião do Comitê pudessem propor que participassem como ouvintes ou até mesmo rever
153 a resolução. A indicação dos membros para compor o Comitê Gestor do Programa de Fomento à
154 Permanência Estudantil criado com apoio da FAI/UFSCar foi aprovada por unanimidade. 2.2
155 Processo de construção do Regimento Geral dos Assuntos Comunitários e Estudantis da UFSCar:
156 Sr. Djalma explicou que quando a ProACE foi criada em 2009 existia a Secretaria Geral de
157 Assuntos Comunitários, e que ao ser criada a ProACE incorporou a experiência da Secretaria e toda
158 a estrutura normativa da UFSCar foi modificada para acolher essa nova estrutura organizacional
159 que é a ProACE; disse que houve um momento de transição e que em 2011 houve uma modificação
160 importante feita pelo ConsUni no próprio Estatuto da Universidade prevendo o CoACE e toda a sua
161 participação em decorrência do andamento do trabalho da ProACE; desde 2011 a expectativa da
162 UFSCar, representada pelo ConsUni, era de que fossem aprovados os regimentos gerais de várias
163 áreas de atuação da Universidade, da graduação, pós-graduação, extensão, pesquisa, e a partir de
164 2011 o regimento geral das atividades relativas aos assuntos comunitários e estudantis; disse que
165 pelo próprio Estatuto da Universidade e Regimento do CoACE, umas de suas principais funções é
166 propor esse Regimento Geral dos Assuntos Comunitários e Estudantis; construí-lo no âmbito do
167 CoACE e propor para o ConsUni para ser apreciado e aprovado para que a Universidade tenha um
168 Regimento Geral de Assuntos Comunitários e Estudantis; disse que esse era o contexto normativo,
169 mas que existia uma questão organizacional tão importante quanto, o que significava que estavam
170 caminhando sem ter um Regimento Geral que oriente as ações, mostre as possibilidades, identifique
171 os limites do que é trabalhar com os Assuntos Comunitários e Estudantis em uma Universidade
172 Pública; disse que era importante ter uma normatização geral para que pudessem saber de onde tirar
173 suas conduções de reuniões e quais processos são possíveis e limitantes dentro de uma perspectiva
174 institucional; disse que há também uma questão filosófica porque estão trabalhando com Assuntos
175 Comunitários e Estudantis, e é preciso estar transparente o que a comunidade entende como
176 comunitário, para que estejam claros os caminhos que a Universidade quer percorrer quando
177 trabalha com questões que envolvem o que definirão institucionalmente como sendo Assuntos
178 Comunitários e Assuntos Estudantis; disse que quando aprovadas as modificações no Estatuto da
179 UFSCar há algumas indicações que tentam definir o que são os assuntos comunitários e estudantis,
180 sendo definidos dois eixos de trabalho que seriam responsabilidade da ProACE: qualidade de vida e
181 permanência da Comunidade Universitária, sendo a comunidade composta pelos discentes de
182 graduação, pós-graduação, servidores/as e ampliando também para as pessoas que colaboram com a
183 Universidade através das empresas terceirizadas ou qualquer outro vínculo com a Universidade;
184 disse que fez uma busca nas atas e relatórios para se informar se esse debate já havia sido feito e
185 não foi encontrado nada aprofundado, apenas um pedido para que o ConsUni prorrogasse a
186 apreciação do Regimento Geral dos Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade em 2013;
187 disse que a construção desse processo em conjunto não foi debatida durante esses dez anos e está
188 atrasado; disse que foi feita uma proposta de cronograma e metodologia de trabalho para construção
189 deste Regimento Geral, baseado na experiência da construção da Políticas de Ações Afirmativas,
190 Diversidade e Equidade da UFSCar, que ocorreu em 2016, e também da experiência da mais
191 recente de construção da Política de Saúde Mental da Universidade; disse que como já há esse
192 atraso e há a importância da constituição do Regimento Geral dos Assuntos Comunitários e
193 Estudantis foi pensado em uma metodologia para que seja construído de forma colaborativa; disse
194 que há uma proposta de cronograma que reflete esta metodologia que se quer trabalhar; que na
195 prática teriam quatro grandes momentos no processo de construção: Reuniões abertas com a
196 Comunidade Universitária dos quatro campi para apresentar a proposta e trazer esses elementos
197 normativos precedentes que o Estatuto indica; destas reuniões se construiria comissões abertas dos
198 quatro campi com representação de discentes, docentes e TAs e outros membros da Comunidade,
199 que iriam propor a programação de seminários temáticos com esses dois eixos de atuação a
200 princípio: qualidade de vida da Comunidade Universitária e a permanência da Comunidade

201 Universitária na Universidade; esses seminários temáticos seriam propostos com as especificidades
202 de cada campi e resultariam em uma relatoria que seria sistematizada por membros do CoACE e
203 pela equipe da ProACE e de seus departamentos em diretrizes e que passaria para uma segunda
204 etapa de consulta pública; disse que essa consulta pública deixaria aberta para que a Comunidade
205 Universitária pudesse acessar as diretrizes e propor modificações; disse que já se trabalhou com
206 essa ferramenta e que a consulta pública é aberta por um tempo, no qual as pessoas participam, e
207 que posteriormente se tem outra etapa em que retorna a equipe da sistematização para formatar com
208 as propostas que surgiram dos seminários temáticos e da consulta pública um texto prévio do
209 Regimento Geral; disse que a partir deste texto se tem a proposta de construir três fóruns temáticos:
210 Qualidade de vida da Comunidade Universitária, Permanência Estudantil e Permanência Docente e
211 Técnico-Administrativos na Universidade; esses fóruns colocariam em debate as propostas
212 sistematizadas nos seminários e na consulta pública e indicariam uma questão organizativa e
213 prática, colocando como diretriz como se efetivaria o trabalho que já é consolidado nas unidades
214 vinculadas a ProACE, e como se está trabalhando um Regimento Geral de Assuntos Comunitários e
215 Estudantis podem haver coisas que extrapolam a ProACE e que precisem ser estendidas à ProGPe,
216 ProGrad, etc; depois se traria o texto do Regimento Geral para o CoACE para fazer a apreciação,
217 propostas e debate em cima do texto construído, mesmo assim o Conselho estaria acompanhando
218 todo o processo; posteriormente a proposta de Regimento passaria pelo parecer da Procuradoria
219 Federal junto à UFSCar que indicaria o que procede, o que precisa alterar e depois voltaria ao
220 CoACE para fazer as modificações e encaminhar para o ConsUni para apreciação e aprovação ou
221 não do Regimento Geral dos Assuntos Comunitários e Estudantis construído e proposto pelo
222 CoACE; disse que esse processo está desenhado para durar um ano, para ser feito com tranquilidade
223 e respeitando momentos de férias e descanso; explicou que o início dos trabalhos está proposto para
224 o próximo mês e findaria em junho de 2022; afirmou que caberia a ProACE coordenar esse
225 processo de marcar reuniões com outros campi, chamar as equipes para sistematização e
226 encaminhar os relatórios para todos os envolvidos no processo; explicou que a partir da constatação
227 da necessidade de um Regimento Geral dos Assuntos Comunitários e Estudantis para UFSCar, a
228 proposta seria de uma metodologia participativa, partindo desses eixos indicados no Estatuto da
229 UFSCar que se debruçam sobre a questão da qualidade de vida e da permanência da Comunidade
230 Universitária; disse que esse era um processo adaptado de um processo do qual ele participou
231 ativamente coordenando juntamente com a Profa. Waldenez, ex-secretária geral da SAADE, onde
232 se conseguiu construir as Políticas de Ações Afirmativas e Equidade para a Universidade em nove
233 meses, tendo-se uma experiência prática; disse que quem trabalha e atua com propostas de educação
234 popular sabe que são processos demorados, mas mais sólidos porque contam com a participação da
235 comunidade como um todo; finalizou se colocando à disposição para o debate e aprimoramento da
236 ideia. Prof. Cleyton questionou se havia referência de Regimentos Gerais de outras Pró-Reitorias de
237 Assuntos Comunitários e Estudantis. Sr. Djalma respondeu que estavam fazendo esse levantamento,
238 mas que percebem que essa constituição de Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
239 teve um momento mais focado em ser Secretaria, e que nos últimos dez anos essas Pró-Reitorias
240 foram trabalhando em cima de Programas de Assistência Estudantil, acompanhamento aos bolsistas,
241 programas de fomento à permanência estudantil como o PIAPE; havendo um conjunto de
242 programas, mas não um Regimento Geral. Colocada em votação a proposta de metodologia de
243 construção do Regimento Geral dos Assuntos Comunitários Estudantis foi aprovada por
244 unanimidade. 2.3 Projeto Moradia estudantil: sustentabilidade e qualidade de vida: Sr. Djalma
245 contextualizou que logo que a atual gestão assumiu foram feitas reuniões para aproximar e entender
246 os processos e foram realizadas reuniões com um grupo de estudantes da moradia estudantil do
247 campus de São Carlos nas quais algumas demandas surgiram; disse que uma dessas demandas foi
248 trazidas pelo discente Gabriel no seu informe que é a questão da internet na moradia, que estão
249 tentando resolver e construir junto a SIn melhorias, pois tratam-se de problemas estruturais e
250 internos; outras demandas tinham relação a questão de conviver em comunidade e a gestão de
251 resíduos que a comunidade produz, nesse sentido foram feitas reuniões com a Secretaria Geral de
252 Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS) para construir um projeto conjunto com a moradia no

253 qual pudessem trabalhar a questão ambiental; disse que houve no passado um projeto da SGAS na
254 moradia junto às pessoas que lá residiam de horta comunitária, coleta seletiva de lixo e que isso foi
255 se perdendo; disse que esse projeto proposto é fruto de oito reuniões com os estudantes da moradia,
256 SeM, DeAE e parceiros externos, SGAS, PU e SGEF; disse que estavam esquematizando um
257 projeto que muitos servidores já participaram anteriormente e que estariam juntos para colaborar
258 com sua execução; lembrou que no passado houve bolsas em algumas situações para engajar os
259 estudantes; disse que a ideia era trabalhar com a perspectiva de educação ambiental com as pessoas
260 que residem na moradia estudantil do campus de São Carlos, promover a coleta seletiva do lixo e
261 reestabelecer uma relação entre a Universidade e as Cooperativas, que era mais intensa dentro da
262 moradia e que se perdeu; sendo importante fazer essa religação das Cooperativas junto ao espaço da
263 moradia e resgatar o trabalho da constituição de uma horta comunitária e outras intervenções
264 focadas na questão ambiental, como compostagem e hortas verticais; disse que tudo o que estava
265 sendo explanado, estava sendo pensando em um processo de segurança que o período de pandemia
266 determinava, mas que já conseguiriam trabalhar de forma remota, capacitando os estudantes; disse
267 que a ideia era iniciar o projeto com oito bolsas no valor das bolsas atividades para serem
268 endereçadas a estudantes da moradia, que seriam esquematizadas por edital e teriam a duração de
269 cinco meses, sendo um trabalho conjunto com oito estudantes parceiros no dia-a-dia da moradia. O
270 discente Gabriel perguntou de onde viriam os recursos para essas bolsas. Sr. Djalma respondeu que
271 quando começaram a construção do GT, tinham cerca de doze estudantes indígenas que foram
272 desligados do Programa Bolsa Permanência, no qual cada um recebia uma bolsa de R\$900,00
273 mensais e conseguiram religar esses estudantes para receberem essas bolsas diretamente do FNDE;
274 tendo um valor de cerca R\$10.000,00 mensais de saldo, que era investido nessas bolsas; disse que
275 esse valor foi incorporado nas contas, quando foi feita a redistribuição das bolsas e que se calcular
276 os R\$180,00 mensais para os oitos estudantes durante esses cinco meses seria um valor abaixo de
277 um mês do que era pago de bolsa permanência; disse que a ideia é que esse projeto fosse inscrito
278 como projeto de extensão, que a equipe que coordenaria mais tecnicamente seria formada por
279 servidores TAs da SGAS e cada setor teria a sua contribuição para que o projeto ocorresse; disse
280 que o objetivo seria submeter esse projeto a ProEx, apresentando a ideia, a importância e
281 canalizando os recursos para o mesmo. Colocado em apreciação o Projeto Moradia estudantil:
282 sustentabilidade e qualidade de vida foi aprovado por unanimidade. 2.4 Constituição ad referendum
283 de Comissão de Coordenação do Processo Seletivo de Universalização para o Ingresso de Crianças
284 na Unidade de Atendimento à Criança (UAC) no segundo semestre de 2021: Sr. Djalma colocou
285 que a UAC abriu um processo de ingresso de crianças para o segundo semestre de forma remota e
286 que precisava constituir uma comissão para elaborar o edital, havendo um prazo para poder ocorrer
287 no período correto para serem feitas as inscrições; foi então nomeada uma comissão para criar esse
288 edital e cuidar deste processo; explicou que esse ad referendum precisou ser feito em um tempo que
289 permitisse que o edital fosse realizado e aberto para a comunidade fazer as inscrições. Colocado em
290 apreciação a constituição ad referendum de Comissão de Coordenação do Processo Seletivo de
291 Universalização para o Ingresso de Crianças na Unidade de Atendimento à Criança (UAC) no
292 segundo semestre de 2021 foi aprovada por unanimidade. INCLUSÃO DE PAUTA - Estágios
293 Remunerados: O discente Raul saudou os membros e se apresentou como representante do DCE,
294 disse que desde o início da pandemia, no ano passado, os estágios foram suspensos; disse que o
295 CoG disse que voltariam, mas este ano o ConsUni votou pela suspensão dos estágios que não
296 fossem essenciais; diante dessa nova modalidade em que os estágios passam por aprovação pelo
297 NEVS, devido às restrições, muitos estágios acabavam por não serem aprovados; disse que um dos
298 pontos que mais apresentaram como argumento para a restrição dos estágios presenciais, era que os
299 mesmos não se configuravam como uma forma de permanência e assistência estudantil, mas sim
300 como atividade letiva; disse que pensando em um lado político trouxeram para o CoACE esse
301 debate por discordarem desta visão, acreditando que o estágio remunerado cumpre um papel
302 importante na permanência dos estudantes; que ele cumpre com seu papel de formação, mas
303 também é uma forma de emprego e cumpre uma função na sociedade, e que nesse momento em que
304 vivemos entende-se que a Universidade não consegue garantir que sejam criados mecanismos que

305 preservem a fonte de renda dos estudantes que tiveram os estágios presenciais cortados; e que as
306 formas de flexibilização de trabalhos na pandemia fizeram diminuir os posto de teletrabalho, que
307 estavam voltando as atividades presenciais; disse que há uma crise de empregos, que não há uma
308 segurança com relação ao trabalho no Brasil e que o que se consegue fazer é que quem pode estar
309 nos estágios que estejam, para que não se torne um número que tenha que se lidar depois na
310 ProACE, ou alguém que saia da Universidade por não ter condições; apontou que a pandemia era
311 mais complexa do que os dados de saúde, que os argumentos que foram utilizados para restrição
312 dos estágios presenciais era que colocavam a vida do estudante em risco, mas que um estudante sem
313 estágio presencial colocava a sua vida em risco em outro tipo de emprego, além de colocar a sua
314 saúde mental em risco por sofrer por não ter condições financeiras, por não se sentir amparado, pela
315 falta de bolsas, e que isso não o impediria de sair de casa; solicitou ao CoACE a inclusão da pauta
316 para discutir dentro dos critérios de essencialidade para estágios e atividades presenciais, o fato do
317 estágio remunerado nesse período excepcional ser o que se consegue para garantir minimamente
318 que as pessoas vivam em um país onde não querem mais que se viva. Sr. Djalma disse que estavam
319 construindo algo novo na Universidade para cuidar da comunidade e as repercussões precisavam
320 ajudar a aprimorar essa construção; disse que o que o Raul e o DCE propõe é uma continuidade do
321 diálogo para que se aprimore esse processo de combate a pandemia dentro da comunidade
322 universitária; disse que é importante mobilizar as estruturas que estão sendo montadas, que o
323 Comitê Gestor da Pandemia (CGP) seja provocado para que possa entender e trabalhar em
324 articulação junto com o Núcleo Executivo de Vigilância em Saúde (NEVS); disse que essas
325 questões que o Raul trouxe tinham a questão de saúde, mas com interface com as desigualdades
326 estruturais em que o Brasil foi levantado; disse concordar com a proposta e que poderiam
327 encaminhá-la ao CGP, porque entende que é quem precisa se debruçar sobre o assunto; disse que a
328 ProACE já fez contato com o NEVS para entender o que estava acontecendo nesse processo do
329 estágio e um dos princípios na Resolução do ConsUni que fala sobre a proteção social, o estágio
330 remunerado tem essa função, dado a realidade da sociedade brasileira; disse que a proposta seria
331 encaminhar a proposta para um debate com o CGP e NEVS para verificar como seria possível
332 construir algo, levando em consideração os objetivos construídos dentro do ConsUni. Prof. Tiago
333 saudou os membros e disse que gostaria de fazer coro a fala e a preocupação do Raul e Djalma,
334 disse que sabia dos esforços que o NEVS vinha fazendo na Universidade, que inclusive se estendeu
335 ao município; que o Prof. Bernardino vinha conduzindo muito bem esse trabalho e registrou que só
336 havia elogios ao trabalho dele; afirmou que faltaram essas questões sociais e da permanência dos
337 estudantes na Universidade, que acredita que o NEVS esteja tratando o problema do ponto de vista
338 técnico e da pandemia, mas que existem muitas coisas acontecendo em função da pandemia e que
339 tem afetado muito os alunos que certamente tem buscado outras fontes de renda e se exposto de
340 forma descontrolada, pois quando se tem uma empresa oferecendo estágio nas condições que o
341 NEVS coloca há uma segurança para o aluno; disse que os estudantes de estágio obrigatório são
342 ainda mais afetados por não conseguirem concluir o curso da graduação, além da questão
343 econômica; concluiu que precisavam pensar nos alunos que fazem tanto o estágio obrigatório,
344 quanto o estágio para terem uma complementação de renda e não só uma complementação na
345 formação, e que isso precisava ser colocado novamente em diálogo com o NEVS para que se faça
346 alguma modificação na forma como se tem feito. Sr. Djalma disse precisavam construir esses
347 caminhos em conjunto, propondo um diálogo com o NEVS e o CGP, apresentando essas demandas
348 e desconstruindo alguns outros discursos de se colocar um setor contra outro, pois isso não é
349 construtivo; disse que estavam construindo algo novo que precisava ser resolvido e a melhor forma
350 era através do debate coletivo; disse que essa proposta poderia ser encaminhada via CoACE através
351 da iniciativa do DCE. Sra. Gisele fez coro à fala de todos e lembrou a importância de se ter esse
352 espaço de diálogo; disse que fazia parte de um grupo de whatsapp de discentes e que outro dia
353 colocaram uma vaga para ser freelance em um barzinho e a quantidade de alunos se candidatando a
354 vaga era absurdo; disse que fechar um caminho pode se abrir outro mais perigoso onde a exposição
355 é maior, onde pessoas estarão sem máscara comendo, e que a importância do DCE trazer para o
356 Conselho e o Conselho levar para o NEVS e CGP essa discussão é de se conseguir caminhos

357 possíveis para todos os lados. Profa. Fernanda apoiou a proposta de que houvesse uma participação
358 efetiva da ProACE junto ao CGP e NEVS na questão da avaliação dos estágios, pois a questão da
359 permanência estava embutida na questão dos estágios; considerou as limitações do trabalho do
360 NEVS e CGP, mas disse que era importante pensar que os dois tinham um caráter educativo e
361 formativo em alguns casos de intervenção nas empresas; disse que se solicitam um documento da
362 empresa em que ela descreve os protocolos e segundo a análise do NEVS esta empresa não cumpre
363 para que os estágios sejam autorizados, é importante que haja uma resposta para essa empresa
364 fundamentada e descritiva para que ela possa ter a oportunidade de rever seu protocolo; disse que a
365 Universidade estava mais uma vez contribuindo com uma intervenção direta na realidade social dos
366 espaços em que a Universidade está e dos espaços onde tem estágio; disse que havia a necessidade
367 desse intercâmbio e diálogo efetivo entre a Universidade e quem está solicitando o estágio; expôs a
368 situação de uma estudante da letras que teve seu estágio remunerado negado mesmo após entrar
369 com recurso; disse que no momento a comunicação estava difícil, e que principalmente quando se
370 vai negar um estágio remunerado para alguém nessa situação é preciso ter delicadeza e
371 fundamentação. O discente Raul disse que fazia sentido isso ser encaminhado para o CGP e para o
372 NEVS para garantir um amplo debate com mais elementos; afirmou que encaminhou um abaixo-
373 assinado para os conselheiros discentes com mil e trinta e três assinaturas; disse que uma das coisas
374 que causou angústia nos estudantes e revolta nas redes sociais foram as respostas obtidas, que as
375 mais absurdas era que o estágio não era obrigatório, que foi mal preenchido e não é essencial; disse
376 que era uma leitura muito fria e grosseira em alguns momentos; disse que sempre colocou que a
377 proibição dos estágios presenciais causava dano em algum grau a relação entre as empresas e a
378 Universidade, que se sabe que querem estagiário por mão de obra barata, mas permitem que
379 estudantes se formem e trabalhem, e que já foi dito em alguns espaços que não pretendem mais
380 diante dessa falta de consenso da comunidade universitária; disse que precisavam chegar a um
381 consenso final porque só piorava a situação de todos esse movimento de abrir e fechar; agradeceu o
382 espaço e registrou seu contentamento com o CoACE deste ano ao cumprir seu papel de ouvir os
383 estudantes. O discente Gabriel disse que fazia coro ao que colocaram, que o que deixava os
384 estudantes angustiados era a instabilidade que se vivia durante a graduação num momento como
385 esse, essa instabilidade de ficar aprovando, desaprovando, com orçamento, sem orçamento, cortes e
386 a instabilidade com a vida financeira; disse que a atual gestão fazia o trabalho de comunicar, que
387 fazia tempo que não havia essa comunicação com os Conselhos Superiores e que esse diálogo
388 precisava ser expandido para o NEVS; disse que ficava incomodado como, às vezes, tratavam essa
389 instabilidade, como ouvir determinados comentários de ter renda vendendo bombons; disse que a
390 Universidade precisava trabalhar o tato de como se relacionar, que por questão de hierarquia
391 algumas vezes se perdia o tato, mas que essa era uma questão de diálogo e quanto mais se debatesse
392 mais se construiria junto; disse que é preciso pensar na renda dos estudantes como uma das fontes
393 principais para fazer os estudantes permanecerem. Prof. Jean Carlos concordou que precisava ser
394 discutida a questão dos estágios; disse que se estabeleceu um sistema de avaliação pontual de cada
395 um dos itens, estagiários, laboratórios, uma demanda muito grande; registrou sua preocupação com
396 o envio de documentos escritos por outros grupos, disse que era preciso ter cuidado com a rispidez
397 tanto de professores com alunos e alunos com professores; disse que o NEVS é resultado de uma
398 construção democrática, de como a Universidade decidiu lidar com isso, que foi decidido pelo voto
399 da maioria; disse que precisavam elaborar um documento feito pelo CoACE com uma proposta
400 clara e definitiva de quais eram as prioridades; disse que seria uma ilusão acreditar que o NEVS iria
401 aceitar de forma simplista e precisavam ter um documento próprio pontuando os avanços
402 prioritários; finalizou dizendo que era preciso que todos chegassem a um acordo comum que fosse
403 para o bem de todos. Profa. Fernanda Keila retomou a fala do Prof. Jean Carlos, disse que não sabia
404 qual seria o encaminhamento, mas que precisavam pensar que nem todos os estágios tinham que ser
405 tratados da mesma forma; disse que concordava com a necessidade de se discutir o assunto, mas
406 que os estágios eram diferentes em natureza e que era preciso diferenciar; registrou que pede aos
407 seus alunos que não vão realizar o estágio presencial nas escolas, mas que são estágios não
408 remunerados; finalizou pontuando que os estágios são diferentes. O discente Raul disse que caso o

409 critério de essencialidade do estágio remunerado fosse uma questão que levantasse um debate que
410 não chegue a alguns lugares, poderiam colocar uma cláusula que definisse a essencialidade se, por
411 exemplo, a coordenação do curso avaliar o estágio; disse que a coordenação do curso conhece os
412 estágios e que entendia que as coordenações tinham condições para indicar; disse que sempre
413 haverá uma fala, um grito em tom alto quando se tem crises, mas que não se pode comparar o que
414 um estudante publica na internet com o que um docente pode causar a um aluno em sala de aula,
415 pois não há simetria; disse que não conseguia impedir que houvesse falas infelizes dos alunos
416 porque não os cabia enquanto DCE; afirmou que fazem dois meses da aprovação da Resolução 39
417 do ConsUni, dos critérios de essencialidade e não se viu benefício, apenas sofrimento mental dos
418 alunos, porque o NEVS não tem pessoal suficiente para tratar da complexidade dos estágios e do
419 número de pedidos que gerou uma bola de neve que não estavam conseguindo lidar. Prof.
420 Claudionor saudou a todos e concordou com a posição do Prof. Jean sobre editar um documento do
421 Conselho, porque havia um posicionamento político institucional dos estudantes sobre os estágios;
422 disse que se é um posicionamento político institucional e não está discutindo detalhes operacionais,
423 ele propunha que este documento fosse encaminhado ao ConsUni como pedido de inclusão de pauta
424 para se discutir este assunto, o que daria a oportunidade para a comunidade acadêmica se manifestar
425 politicamente e para o CGP colocar argumentos e contra-argumentos em relação ao exposto de
426 forma clara pelos estudantes; disse que para haver harmonia e não ter constrangimento com outro
427 Conselho Superior como o CoG, seria interessante este encaminhamento; disse que esse pedido de
428 inclusão de ponto de pauta, baseado em um documento do CoACE, daria força para a demanda dos
429 estudantes e demonstraria preocupação com a saúde de todos e consequências das restrições
430 impostas a princípio sem caminhos de diálogo institucionais estabelecidos. Profa. Fernanda
431 registrou sua preocupação de não passar por cima de decisões tomadas e discussões já feitas e
432 considerar o acúmulo da discussão; reconheceu que não tem acompanhado de perto o trabalho da
433 CGP e NEVS e tem medo de dizer que não houve diálogo e não tenha sido isso; explicou que o
434 ocorrido com a aluna que ela expôs não vinha no sentido de afirmar que o NEVS não dialoga com
435 os estudantes, mas sim no sentido de encaminhar aperfeiçoamento dos processos; disse reconhecer
436 que toda gestão, de maneira geral, está trabalhando para ampliar os canais de diálogo com a
437 comunidade e categorias; sugeriu que se empreendesse um esforço para abrir um canal de diálogo
438 entre CoACE, NEVS e CGP, mas sem intermediários em um primeiro momento; afirmou não ser
439 favorável ao CoACE encaminhar um pedido de inclusão de pauta ao ConsUni para discutir o
440 NEVS; disse que acredita que o CoACE não teve interlocução com o NEVS e talvez se possa fazer
441 um documento pedindo essa interlocução; fazer uma reunião extraordinária com um convite a
442 presença do NEVS para debater o que estava sendo colocado; sugeriu um convite ao NEVS e CGP
443 para uma reunião do CoACE para um diálogo, onde eles pudessem escutar e serem escutados,
444 apresentando as demandas que estavam sendo acolhidas pelo Conselho; reforçou que o canal de
445 diálogo poderia ser mais efetivo ao conversar com o NEVS ao invés de apelar ao ConsUni, porque
446 via essa como uma medida mais extrema. O discente Raul concordou com a proposta da Profa.
447 Fernanda, porque se levassem ao ConsUni atropelariam o espaço e iria parecer que não houve um
448 diálogo com as instâncias responsáveis por isso neste momento; disse que precisavam do diálogo
449 para contar as fragilidades e caminhos que poderiam trilhar; disse que se sabe que esse não é o
450 espaço que alteraria a Resolução 39, mas que o debate viesse a partir do CoACE porque se entende
451 que os estágios também precisam ser vistos sob a ótica da assistência e permanência. Sr. Djalma
452 disse que o CoACE, assim como outros Conselhos estava aberto para inclusão de pautas por
453 qualquer membro ou pessoas da comunidade universitária; disse que entendia a preocupação de se
454 referendar ou repassar um documento de outra entidade, que essa não era a proposta, mas sim que o
455 documento provoque o debate; disse que entendia que estavam construindo um processo novo
456 tardiamente, porque outras Universidades já tinham suas vigilâncias trabalhando; e que um processo
457 novo precisava ser encarado com tranquilidade neste momento; disse que era nessa linha de
458 aperfeiçoamento, de ouvir e construir de forma coletiva que propunha um texto para o CGP e
459 NEVS, nessa perspectiva da importância de olhar para os estágios remunerados com o cuidado que
460 a pandemia exige, mas também considerando as perspectivas acadêmicas e de permanência

461 estudantil e convidar o CGP e NEVS para um debate dessa pauta no CoACE; propôs o seguinte
462 texto: “O CoACE solicita ao CGP e ao NEVS que sejam feitos os esforços necessários para
463 considerar, nos critérios de essencialidade da Resolução ConsUni 39/2021, um olhar cuidadoso que
464 permita que estágios presenciais remunerados sejam autorizados, excepcionalmente, durante a
465 pandemia, considerando as questões acadêmicas e de permanência estudantil. O CoACE se coloca à
466 disposição para o aprimoramento do processo de vigilância em saúde e de suas interfaces com a
467 permanência estudantil. Neste sentido, gostaríamos de convidar o CGP e o NEVS para uma reunião
468 com o CoACE, a fim de que possamos reforçar os caminhos dialógicos que estão sendo construídos
469 institucionalmente”; disse que a ideia era apresentar a demanda e construir juntos os
470 encaminhamentos institucionais e operacionais da proposta; disse que encaminharia o texto ao
471 NEVS e CGP; adiantando que se tem feito reuniões com NEVS e com CGP já levando essas
472 considerações. Profa. Fernanda Keila pediu ao Sr. Djalma para pedir um olhar cuidadoso, porque
473 não estavam pedindo que todos fossem autorizados, que não necessariamente seriam autorizados.
474 Prof. Claudionor pediu o cuidado de encaminhar esse documento para o CGP com cópia para o
475 NEVS e CoG; disse que esse assunto foi deliberado inicialmente no CoG, e que para manter a
476 harmonia e não constranger ninguém era importante enviar uma cópia. Profa. Fernanda sugeriu
477 fazer o convite antes de explicar o tema da reunião. Prof. Tiago sugeriu encaminhar o documento
478 também para a Coordenadoria de Estágios e Mobilidade (CEM). Sr. Djalma sugeriu tirar a questão
479 da autorização, e induzir o debate no CoACE e não direcionar sua orientação para autorizar ou não.
480 Profa. Fernanda Keila disse que entendia que chamaria a atenção a questão do estágio como
481 permanência e não pedir para autorizar nada de antemão. Sr. Djalma leu o texto com as alterações:
482 “O CoACE se coloca à disposição do CGP e do NEVS para contribuir com o aprimoramento do
483 processo de vigilância em saúde e de suas interfaces com a permanência estudantil. Neste sentido,
484 gostaríamos de convidar o CGP e o NEVS para uma reunião com o CoACE, a fim de que possamos
485 reforçar os caminhos dialógicos que estão sendo construídos institucionalmente. Inicialmente, o
486 CoACE gostaria de discutir com o CGP e o NEVS os esforços necessários para considerar, nos
487 critérios de essencialidade da Resolução ConsUni 39/2021, um olhar cuidadoso para que por
488 ventura sejam autorizados os estágios presenciais remunerados durante a pandemia, considerando as
489 questões acadêmicas e de permanência estudantil.” O texto foi colocado em apreciação com o seu
490 encaminhamento ao CGP, NEVS, CoG e CEM e foi aprovado por unanimidade. Eu, LUANA
491 DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a presente ata.

492 Membros presentes:

493 Sr. Djalma Ribeiro Junior
494 Sra. Gisele Aparecida Zutin Castelani
495 Profa. Dra. Fernanda dos Santos Castelano Rodrigues
496 Prof. Dr. Marcio Luis Lanfredi Viola
497 Prof. Dr. Marcio Peron Franco de Godoy
498 Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva
499 Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto
500 Prof. Dr. Tiago Venâncio
501 Prof. Dr. Claudionor Francisco do Nascimento
502 Prof. Dr. Marcos Arduin
503 Prof. Dr. Jean Carlos Cardoso
504 Prof. Dr. Gustavo das Graças Pereira
505 Profa. Dra. Eliane Pintor de Arruda
506 Profa. Dra. Fernanda Keila Marinho da Silva
507 Prof. Dr. Cleyton Fernandes Ferrarini
508 Sra. Afra Vital Matos Dias Gabriel
509 Gabriel Moutinho Fernandes da Silva
510 Gustavo Garcia da Costa